

Inclusão de Zema no inquérito das Fake News abre nova crise

Série de sátiras sobre o caso Master leva Gilmar Mendes a atacar governador

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

O pedido do ministro Gilmar Mendes para incluir o ex-governador Romeu Zema (Novo-MG) no inquérito das fake news pode até ter sido tratado, no calor do momento, como mais um atrito entre Supremo e política.

Mas o episódio revela algo maior e mais sensível: o avanço do alcance do inquérito sobre um território cada vez mais difuso, onde crítica, narrativa política e humor se misturam.

“Os Intocáveis”

O estopim foi o segundo episódio da série “Os Intocáveis”, publicada pelo ex-governador nas redes sociais. Em formato de teatro de fantoches, o vídeo satiriza ministros do Supremo, especialmente Gilmar Mendes e Dias Toffoli, em meio às discussões sobre o envolvimento no caso do Banco Master.

A encenação não é neutra. O roteiro mistura ironia com referências diretas a decisões judiciais, menções a quebra de sigilo que ocorreram no âmbito da CPI do Crime Organizado e insinuações sobre movimentações financeiras. Tudo embalado como humor, mas com conteúdo claramente político. E foi exatamente aí que o vídeo deixou de



Agora Romeu Zema: o inquérito das fake news não tem fim

ser só uma provocação.

Na petição enviada ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, Gilmar Mendes argumenta que o conteúdo ultrapassa a crítica institucional e atinge diretamente a honra dos ministros.

O documento afirma que a publicação “vilipendia não apenas a honra e a imagem deste Supremo Tribunal Federal, como também da minha própria pessoa”.

A própria transcrição do ví-

deo, anexada à petição, ajuda a entender o incômodo. Nos diálogos encenados, os personagens fazem referência a “quebra de sigilo”, “movimentações suspeitas” e citam o Banco Master em tom de insinuação.

O problema, na avaliação do ministro, não é o humor em si, mas o tipo de narrativa que ele carrega. A crítica deixa de ser genérica e passa a sugerir vínculos e irregularidades envolvendo integrantes da Corte. É aí que o caso entra no radar do inquérito.

Marco perigoso

Parlamentares da oposição passaram a tratar o episódio como um marco perigoso. O argumento é direto: se um ex-governador pode ser investigado por um conteúdo de teor crítico, abre-se um precedente sobre o alcance do inquérito e seus limites.

A crítica vai além do caso Zema. Ela mira o próprio modelo do inquérito das fake news, frequentemente questionado por concentrar, dentro do Supremo, funções que normalmente seriam separadas.

O inquérito das fake news, que nasceu para investigar estruturas organizadas de desinformação, passa agora a encostar em conteúdos de natureza política, com linguagem híbrida, onde humor e crítica se confundem.

Zema, no entanto, não recuou e dobrou a aposta.

Após a repercussão do pedido, voltou às redes para defender o conteúdo e reforçar o tom político da série. Disse que o humor sempre foi usado como ferramenta de crítica ao poder e questionou a reação dos ministros.

Morte de “Sicário”

O episódio também se conecta diretamente aos desdobramentos mais recentes do caso Banco Master.

A Polícia Federal concluiu que Luiz Phillipi Mourão, apontado como operador de Daniel Vorcaro, tirou a própria vida dentro da superintendência em Belo Horizonte, sem participação de terceiros. A conclusão reforça o peso das investigações sobre a estrutura paralela ligada ao banqueiro, que inclui o grupo de espionagem conhecido como “A Turma”. O material já foi encaminhado ao Supremo, onde segue sob relatoria do ministro André Mendonça.

STF julga prisão de ex-presidente do BRB

Reprodução X

Por Beatriz Matos

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar nesta quarta-feira (22) se mantém ou não a prisão preventiva do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

A análise, conduzida pelo relator André Mendonça, ocorre no plenário virtual e deve se estender até sexta-feira (24), em meio aos desdobramentos da Operação Compliance Zero.

No formato virtual, os ministros depositam os votos no sistema eletrônico, sem debate presencial. Além do relator, André Mendonça, participam Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques.

Prisão

A análise gira em torno da decisão de Mendonça que autorizou a prisão de Paulo Henrique Costa e do advogado Daniel Monteiro, apontado como operador financeiro do esquema liga-

do ao banqueiro Daniel Vorcaro.

A Polícia Federal (PF) sustenta que o ex-presidente do BRB teria negociado o recebimento de cerca de R\$ 146,5 milhões em propina, supostamente paga por meio de imóveis de alto padrão em Brasília e São Paulo.

Mensagens obtidas pelos investigadores indicam que os dois discutiam abertamente a aquisição desses imóveis. Em um dos trechos, Paulo Henrique cobra agilidade na definição dos bens, enquanto Vorcaro responde que já teria dado “carta branca” para a operação.

Em outra conversa, o então dirigente do banco relata visitas a apartamentos e menciona a participação da família na escolha, o que reforça, segundo a investigação, a materialidade do suposto benefício.

A defesa nega irregularidades e afirma que a prisão é desnecessária, sustentando que não há risco à instrução do processo. Já Mendonça apontou “fortes

indícios” de que o ex-BRB teria atuado como uma espécie de intermediário direto dos interesses de Vorcaro dentro do banco.

Pressão

O julgamento ocorre em meio a um ambiente de tensão dentro do próprio STF.

O posicionamento de ministros como Toffoli e Gilmar Mendes é visto como ponto de atenção. Toffoli, inclusive, já havia se declarado impedido em processos ligados ao caso Master após questionamentos sobre conflito de interesse.

Já Gilmar Mendes protagonizou embates recentes com o Congresso ao suspender medidas da CPI do Crime Organizado relacionadas ao caso, incluindo a quebra de sigilo de empresas ligadas ao entorno de Vorcaro.

O episódio da série Master x BRB amplia o desgaste entre Judiciário e parlamentares e adiciona um componente político à análise das prisões.



Propina para Paulo Henrique Costa teria sido paga em imóveis